

A EMOÇÃO COMO TECNOLOGIA DE PODER E DE GÊNERO

Terezinha Martins dos Santos Souza*

Resumo

Busca-se analisar aque necessidades econômico/ideológicas as duas alterações ocorridas no mundo do trabalho a partir de 1970 respondem: o crescente número de mulheres como força de trabalho assalariada e a exacerbada valorização das questões emocionais. A inserção das mulheres no trabalho assalariado aparece como uma nova tecnologia de gênero/poder. Essa tecnologia de gênero não se constitui separada e isoladamente apenas para sedimentar o sexismo, mas é também uma tecnologia de poder, uma vez que o perpetua com a exploração da força de trabalho e o poder que esta exploração constrói como necessidade imanente.

Palavras-chave

Tecnologias de poder; emoção; acumulação flexível; gênero; mundo do trabalho.

Abstract

This work aims to analyse which economical/ideological needs are a response to two of the alterations which take place in the work world since the 1970's: the growing number of women as employee workforce and the exacerbated valuation on emotional issues. Women's insertion in the employee workforce appears as a new gender/power technology. Such gender technology is not consisted in an isolate and disconnected way only to settle on sexism, but it is also a power technology, once it consolidates sexism as well to conceive workforce exploitation and the power it builds up as an inherent need.

Keywords

Power Technology, Emotion, Flexible Accumulation, Gender, Work World.

Cansados daquele delírio hermenêutico, os trabalhadores repudiaram as autoridades de Macondo e subiram com as suas queixas aos tribunais supremos. Foi lá que os ilusionistas do direito demonstraram que as reclamações careciam de toda validade, simplesmente porque a companhia bananeira não tinha, nem tinha tido nunca nem teria jamais, trabalhadores a seu serviço, mas sim que os recrutava ocasionalmente e em caráter temporário. (...) E se estabeleceu por sentença do tribunal, e se proclamou em decretos solenes, a inexistência dos trabalhadores. (Gabriel García Marquez)

Na análise sobre poder efetuada no livro *A microfísica do poder*, Michel Foucault empreende uma abordagem ascendente do poder, em que se faz mister:

Partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global. Não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo. Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais; como poderes mais gerais ou lucros econômicos podem inserir-se no jogo destas tecnologias de poder que são, ao mesmo tempo, relativamente autônomas e infinitesimais.¹

Este artigo busca tomar a definição de tecnologia de poder aí descrita, isto é, enquanto dinâmica de produção, movimentação e anexação de poderes por fenômenos mais globais, como os poderes mais gerais podem se inserir no jogo dessas tecnologias de poder, efetuando a superação, isto é, rompendo e discordando da definição de poder defendida por Foucault.

Para esse autor, é necessário “Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras”.²

Teresa de Laurettis, utilizando criticamente a denominação de Foucault, designa como tecnologia de gênero as técnicas e estratégias discursivas por meio das quais o gênero é construído.³

A tradição marxista se contrapõe a esta visão de poder, na medida em que define o poder como dominação de uma classe (a burguesia) sobre as outras (classe trabalhadora), e não toma o poder como fenômeno homogêneo, mas multifacetado. Em Marx, encontra-se a definição do “concreto como síntese de múltiplas determinações”, o que obriga os/as

que utilizam o método materialista histórico dialético como instrumental de análise a conhecerem a diversidade de aspectos que compõem o objeto de estudo escolhido. Nesse sentido, a definição de tecnologia de poder de Foucault pode ser tomada como uma determinação que pode ser superada, isto é, tomada separadamente do corpo teórico produzido e inserida como uma ferramenta heurística em outro método de análise.

Para tanto, ao contrário da tentativa de forças positivistas e neopositivistas de afastarem a economia da tecnologia e mesmo da vida política (tentativa suficientemente denunciada por Mészáros)⁴, é a partir do coração mesmo da Economia, isto é, do modo de acumulação flexível, forma histórica contemporânea que o capital assume na sua busca de autoperpetuar-se, que busco analisar a emergência da emoção e seus sucedâneos, como uma nova tecnologia, tanto de gênero quanto de poder.

Qual a necessidade histórica de tal transformação, qual sua repercussão sobre o movimento imanente do capital, isto é, a valorização do valor, a qual necessidade do capital responde a construção de novas tecnologias de gênero/poder?

Na imaginação e na consciência dos seres humanos envolvidos no processo de produção capitalista – seja o capitalista e seu/sua ideólogo/a ou o/a operário/a –, vêem-se as “coisas”, sobre que se pretendia que aqueles agissem pacífica e naturalmente, erigirem-se em fetiches dotados de alma e vontades próprias, assumirem o vulto de que se tinham despojado os agentes da produção, para se tornarem “funcionários” anônimos do capital e do trabalho.⁵

Filio-me à tradição marxista⁶, que se contrapõe ao irracionalismo filosófico das correntes de pensamento burguês pós 1848, que, ao advogarem o caos e o niilismo na ordem capitalista, obscurecem o seu funcionamento; assim sendo, parto do pressuposto marxiano de que o capital é uma relação social, não é mero “espectro” da economia, e que suas determinações englobam relações econômicas e não econômicas.

Após o advento da Segunda Guerra Mundial, em que imensos contingentes de mulheres tomaram assento no mundo do trabalho ligado à produção e não só no mundo da reprodução, mudanças significativas ocorreram no padrão de ocupação. Atente-se para as mudanças provocadas na constituição societal do papel da mulher, como consequência da explosão do movimento feminista, ao longo dos anos 1960, com a emergência da luta do movimento das mulheres e feminista por sua maior participação no trabalho. Após a década de 1970, em que ocorrem grandes lutas sociais e quando o capital inicia o ciclo de acumulação flexível, vigente até a atualidade, a educação das mulheres passou a contemplar novas exigências, sem abrir mão das velhas. É conhecida a dupla, tripla jornada de trabalho, em que as mulheres dão conta, simultaneamente, das tarefas da produção e da reprodução.

Uma outra mudança ocorre, com o capital lançando mão do apelo às emoções para constituir-se enquanto forma dominante de gerir o mundo.

Este artigo busca analisar a quais necessidades econômica/ideológicas respondem estas duas mudanças: a supervalorização da emoção e a mudança no modo de inserção das mulheres no mundo do trabalho.

A era das emoções

A partir dos anos 1970 e até esta primeira década do século XXI, assiste-se a uma exacerbada valorização das questões emocionais e seus sucedâneos, afetividade e sentido, processo esse que não apresenta sinais de arrefecimento, muito pelo contrário. Tais temas têm sido expostos em programas de TV e revistas, supervalorizados e têm sido o mote principal das campanhas publicitárias, dos *best sellers*, etc.

Utilizando o referencial marxista, em que a economia é a principal (não a única, como afirmam os detratores do marxismo) determinação, faz-se mister desvelar qual o interesse que o capital apresenta nessa aparente mudança na forma de lidar com as emoções.

As emoções⁷ são mediadas por significados sociais, que se atribuem, conforme a posição que cada sujeito ocupa de acordo com a época histórica em que vive. Essas emoções são vividas de forma singular por cada indivíduo, mas são determinadas historicamente. A atual superestimação das emoções não se dá no vazio, não cai do céu e nem é por acaso que acontece nesse momento histórico, mas encontra, também ela, suas raízes nos interesses econômicos da burguesia, bem como obedece à lógica societal gestada pelo capital. A utilização massiva da emoção e seus sucedâneos se dão como tentativa de fazer o capital aparecer como processo de “humanização”, como avanço societal. Mas a lógica que o capital instaura com sua vigência “Não deixou entre homem e homem outro vínculo que não o do frio interesse, o do insensível ‘pagamento em dinheiro’”⁸.

A utilização dessas emoções se dá obedecendo à lei de valorização do valor como forma contemporânea de extração da mais-valia relativa, tão mais eficiente do ponto de vista econômico quanto mais não reconhecida como tal, do ponto de vista ideológico. A superestimação das emoções não é uma simples mudança cultural, sem nenhuma ligação com o sistema capitalista, mas é uma parcialidade com ligações fundamentais com a totalidade, que é a lei de valorização do valor (central no sistema capitalista).

Ouve-se falar muito da emoção, da importância da emoção na cognição. Mesmo que essa relação entre afeto e cognição seja vista de uma forma positiva, constitui também uma dualidade: de um lado, o afeto; do outro, a cognição. Essa positividade de que se revestem as emoções – anteriormente vistas como inimigas da razão, da ordem do pri-

vado – é falsa, pois o que se valoriza são as emoções que isolam o sujeito em si mesmo, narcísicas, que desvalorizam a vida pública.

Sawaia alerta que é mister atentar para perigo que cerca essa análise dos processos sociais por meio da emoção, pois “Uma das idéias-forças deste momento histórico é a subjetividade, com seus correlatos, a emoção e o sentido pessoal. Os sentimentos são valorizados como fonte de satisfação em si mesma”.⁹ Para ela, é preciso considerar a emoção em uma perspectiva crítica, como fenômeno político determinado pelos interesses de classe, de poder e de dominação, bem como reforçar a gênese social das funções superiores. A ênfase na emoção pode levar à supervalorização ideológica da afetividade, com ênfase no próprio sujeito, o que leva a uma afetividade narcísica, voltada para o próprio “eu”, levando a um afastamento da vida pública.

Para a psicologia materialista histórico-dialética, o psiquismo humano é de natureza sócio-histórica, conforme sustentam Vigotski e Leontiev, o que significa afirmar que não há um psiquismo pronto que vai entrando em contato com o meio externo e “adaptando-se”. Defende-se, pelo contrário, que a construção do psiquismo humano é um processo de vir a ser, um devir, uma construção sócio-histórica. Dessa forma, deve-se debruçar sobre quais elementos que determinado contexto histórico constitui ou faz emergirem, como se articulam as necessidades do mundo do trabalho com as emoções dos seres humanos – ou de parcela dele, as mulheres –, quais são as mediações por meio das quais se constroem psiquismos adaptados ou rebeldes aos ditames do capital.

Como fenômeno histórico, as emoções estão continuamente em movimento – mesmo que este seja vivido por cada um dos sujeitos como se fosse permanente; cada momento histórico, todavia, faz emergirem as emoções necessárias para a manutenção do *status quo*, como forma de controle social.

A acumulação flexível e o envolvimento emocional

As novas formas de gestão do capital assumem, hoje, a forma de apelo às emoções, agora vistas de forma positiva, só que pragmaticamente, servindo à opressão humana e não à sua autonomia. Precisa-se que a empresa se torne depositária dos afetos dos/as trabalhadores/as, de que ela substitua o “lar” como *locus* privilegiado de afeto e amizade. Essa estratégia de gerenciamento do capital passa, principalmente, pelo treinamento e uso diferenciado da força de trabalho das mulheres, de que advêm ganhos consideráveis. As mulheres, na formação de gênero, que surge com o patriarcado, que acompanha e é parte constituinte das sociedades de classe, ficaram “responsáveis” pelos sentimentos e emoções, enquanto os homens permaneceram com a parte da razão, nessa divisão e nesse

empobrecimento da espécie humana que as sociedades de classe provocam e que o capitalismo eleva ao seu grau máximo.

Como surge a necessidade do apelo às emoções?

Para efetuar tal análise, começo pela análise da teoria do *valor trabalho* – do qual o conceito de mais-valia (absoluta e relativa) é o núcleo central – e que é um dos (três) pontos basilares do arcabouço teórico marxiano. A economia vulgar tenta, a todo custo, negar a pertinência da teoria do valor trabalho, bem como decretar sua superação e inaplicabilidade, pois seus postulados desnudam o caráter exploratório do sistema capitalista. Aos áulicos do capital, convém apresentá-lo como potência democrática, igualitária e filantrópica por excelência, sinônimo de civilização. Ao denunciar o caráter exploratório da ordem do capital, ao mostrá-lo tal qual é (ou seja: desfrute do trabalho alheio, apropriação do trabalho não pago, extorsão de mais-valia, domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, domínio das coisas sobre as pessoas), a teoria do valor trabalho “exige” determinadas formas de enfrentamento, teórica e politicamente. Excluindo-se o caráter exploratório da ordem burguesa, torna-se possível propor pactos e convivências harmônicas, bem como lutar por mudanças no seu interior, sem necessidade de revoluções, preservando os traços principais já tão bem incorporados pela subjetividade social.

Mas quando se trata de produzir mais-valia tornando excedente trabalho necessário, não basta que o capital se aposses do processo de trabalho na situação que se encontra ou que lhe foi historicamente transmitida, limitando-se a prolongar sua duração. É mister que se transformem as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que muda o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho.¹⁰

Mas, após 1970, o capital encontra obstáculos, que não constituem impedimentos, para aumentar, significativamente, a extração da mais-valia absoluta. Fez-se necessário efetuar transformações que apontam na seguinte direção¹¹:

- a) O binômio taylorismo/fordismo perde a hegemonia de que desfrutava, sendo substituído por formas mistas, especialmente o toyotismo e, em consequência dessa mudança, houve retração da classe trabalhadora estável (formal);
- b) Ocorre um aumento do proletariado terceirizado, fabril e de serviços;
- c) Há uma confluência entre a ampliação do trabalho das mulheres e as condições que o capital implanta para gestão do trabalho, sendo que os trabalhos precarizados, por tempo flexível, polivalentes, vão agregar crescentemente pessoas do sexo feminino, condições que provocam uma intensificação na divisão sócio-sexual do trabalho, com elementos “nocivos”, comparados à divisão sexual do trabalho da era taylorista/fordista.

Essas metamorfoses, que ocorreram/ocorrem no mundo do trabalho, provocam mudanças tecnológicas significativas, com a introdução da robótica e da informática, mas provocam uma mutação no padrão de acumulação e não no modo de produção. Nos anos 1970, há uma mudança que afeta fortemente o mundo do trabalho: a substituição do cronômetro e produção em série do taylorismo/fordismo pela cooperação/cooptação do toyotismo. As mudanças se dão tanto na objetividade como na subjetividade da classe trabalhadora, em que há um mobilizar da afetividade para o trabalho, o uso da emoção para construir processo de cooperação/cooptação.

Novas formas de dominação: da subsunção formal à subsunção real

O constante revolucionar de suas próprias estruturas, que, necessariamente, o sistema capitalista produz, gera não apenas transformações materiais, mas também transformações simbólicas, novas formas de dominação.

Para que a transformação no trabalho ocorra, o capital institui o controle sobre o trabalho, o despotismo na fábrica, que lhe assegure que o trabalho tenha a intensidade ou a duração social média. Despotismo esse que não é uma acidentalidade inesperada no decorrer do processo, mas uma necessidade intrínseca:

A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital.¹²

No capital, a *subsunção formal do trabalho* ocorre submetendo um modo de trabalho que já existia anteriormente. A relação capitalista é uma relação coercitiva, que não se funda em relações pessoais de dominação e dependência, mas é fruto das diversas funções econômicas. A coerção é necessária em um sistema que tem como objetivo final autovalorizar-se e que, para tanto, necessita extrair mais-valia, mais trabalho, o que só pode ser feito, nesse momento histórico, mediante o prolongamento da jornada de trabalho. Na segunda forma de submissão, *que é a de subsunção real do trabalho*, a coerção continua existindo, pois continua visando a prolongar a jornada de trabalho, mas o capital utiliza-se de outras formas engenhosas de extrair mais-valia. A subsunção formal, em que a extração de mais-valia se dá por meio de aumento da jornada de trabalho, corresponde a um determinado estágio das forças produtivas, em que o desenvolvimento da técnica, da ciência e da maquinaria se encontra em estágios “primitivos”.

A subsunção formal é assim denominada por se diferenciar só na forma dos modos de produção anteriores, sobre cuja base foi introduzida; essa diferença formal refere-se,

pois, à forma como o sobretrabalho é extorquido, à forma como se exerce a coação. A relação entre quem fornece o trabalho e quem dele se apropria é puramente monetária e, na medida em que surge a subordinação, ela é derivada do conteúdo determinado da venda e não de uma subordinação que a precedesse. O produtor do trabalho não entrava na relação subordinado a um poder que o comprador da sua mercadoria possuísse anteriormente, como, por exemplo, um poder político, mas ele se subordinava porque vendia sua mercadoria – força de trabalho – em uma relação monetária de dependência econômica. Era submetido porque dependia de que o explorador do seu trabalho o comprasse em forma de mercadoria força de trabalho, ele, que não tinha mais nada para vender que não essa força de trabalho.

O modo de produção continua o mesmo, o trabalho continua sendo efetuado sem mudanças tecnológicas, mas agora esse processo de trabalho não se refere à perícia do mestre ou à avareza do negociante, mas se subordina ao capital, a seu controle, à sua gestão. *Essa gestão não é exercida porque o capital tem como objetivo dominar, mas, ao contrário, o domínio é exercido porque é a única maneira de garantir que o valor seja valorizado, que haja a extração da mais-valia, que o sobretrabalho seja produzido. Ora, é possível extrair e extorquir o trabalho de outrem deixando-o livre, sem vigilância? Nesse sentido, o controle do capital, a submissão a ele, a gestão por ele exercida são imanentes e necessários, pois é da natureza do capital extorquir trabalho alheio, mas não é seu objetivo.*

Aqui se encontra o problema das discussões sobre poder feitas foucauldianamente, em que o poder existe circularmente, exercido por todos, sem objetivo, a não ser existir em si, porque esse poder/domínio não obedece a nenhuma lógica econômica, mas puramente ao desejo de domínio.

Na verdade, na *subsunção formal do trabalho* no capital, a coação tem como objetivo a produção do sobretrabalho e a obtenção do tempo livre para o desenvolvimento independente da produção material. Distingue-se dos modos de produção anteriores apenas na forma. Mas essa mudança na forma não é inócua, faz aumentar a continuidade, a intensidade do trabalho e a produção, é mais propícia ao desenvolvimento das variações na capacidade do trabalho e, por isso, à diferenciação dos modos de trabalho e de aquisição e, finalmente, reduz a relação entre o capitalista e o/a operário/a a uma simples relação monetária, de compra e venda, *eliminando da relação de exploração todas as crescências políticas, religiosas ou patriarcais.*

Isso não significa que o capital instaura o reino da não dominação, mas que acaba com as velhas formas de dominação (escravidão, servidão, vassalagem), e *instaura novas*, visto que a própria relação de exploração gera uma nova relação de hegemonia e subordinação, *com novas expressões políticas.* A forma torna-se mais livre porque agora

é de natureza apenas material, formalmente voluntária, puramente econômica. A relação de hegemonia e subordinação ocupa no processo de produção o lugar da autonomia anterior – em que os produtores apenas pagam uma renda à autoridade constituída (seja ao senhor ou à Igreja) –, isto é, a relação de hegemonia e subordinação é ela mesma produto da implantação do modo de produção capitalista.

Passa-se agora à subsunção real do trabalho no capital. A subordinação direta do processo do trabalho ao capital – a subsunção formal – subsiste, seja qual for a forma tecnológica sob a qual se desenvolva tal processo. A subsunção real do trabalho no capital só ocorre quando, sobre a base da subsunção formal instalada, emerge um modo de produção específico que transforma totalmente – e não só tecnologicamente – a natureza real do processo de trabalho e suas condições, qual seja, o modo de produção capitalista.

A subordinação real do trabalho no capital promove uma revolução total e contínua na produtividade do trabalho e na relação que ocorre entre o capitalista e o/a operário/a; no modo de produção em si, desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. De um lado, o modo capitalista de produção se estrutura como um modo de produção original, advindo uma forma grandemente modificada da produção material que, por outro lado, constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho.

A produtividade do trabalho, a massa da produção, a massa da população e a massa da sobrepopulação, desenvolvidas por modo de produção especificamente capitalista, fazem surgir continuamente novos ramos produtivos, nos quais o capital pode trabalhar novamente, em pequena escala, e outra vez percorrer os diversos estágios do desenvolvimento, até que novos ramos de atividade começam também a ser explorados em escala social. Dessa forma, não é possível falar em subsunção formal e real em uma escala apenas temporal, como se o desenvolvimento do modo especificamente capitalista de produção fizesse desaparecer, para sempre, os modos anteriores. Cada forma de subsunção corresponde a um estágio, e os estágios se alternam e se sucedem, de forma espiralada, nunca idêntica. *E cada uma dessas formas objetivas de subsunção formal gesta subjetividades necessárias/possíveis, visto que a subjetividade é formada pelo processo de interiorização das relações objetivas.*

O processo de transformação da potência do/a trabalhador/a coletivo/a em potência do capital se inicia já no período manufatureiro e o grau de complexidade do/a trabalhador/a coletivo/a faz com que a manufatura desenvolva uma hierarquia de força de trabalho que corresponde a uma escala de salários: surgem os/as trabalhadores/as qualificados/as e os/as não qualificados/as. Para estes/as últimos/as, *os custos de aprendizagem*

desaparecem, reduzindo, com isso, o tempo de trabalho necessário para reproduzir força de trabalho, ampliando assim o domínio do mais-trabalho, mecanismo que permite potenciar a mais-valia, incrementar a mais-valia.

Com o surgimento das novas formas de gerir o trabalho, isto é, com a mudança (embora parcial) do fordismo/taylorismo para o toyotismo, o capital, nesse momento de acumulação flexível (século XXI), descobre mais uma forma de não arcar com os custos da aprendizagem. Na atual fase de reestruturação produtiva, vale-se das emoções do conjunto da classe trabalhadora para obter dela tanto a submissão ideológica sem sublevação (ganhos ideológicos) como o aumento na produtividade (ganhos econômicos), pelo fato de o/a trabalhador/a incorporar as necessidades do capital como suas, trabalhando feliz. Como no patriarcado, a educação perversa de gênero provoca o superdesenvolvimento da racionalidade nos homens e da emotividade nas mulheres, o capital, ao empregar as mulheres na função de controle da força de trabalho, não necessita fazer uma formação específica para as mulheres sobre o uso das emoções, o que, dessa forma, amplia o domínio do mais trabalho, aumenta a mais-valia.

A força de trabalho das mulheres

Para entender o desenho da subordinação dupla (classe/gênero) que o capital faz recair sobre parcela da classe trabalhadora, que são as mulheres, debruço-me sobre a relação entre mulher e trabalho ou, mais precisamente, do trabalho assalariado e as mulheres (visto que a tarefa de reprodução da vida, secularmente, é efetuada por mulheres), tema que ganha espaço nas discussões públicas, seja na academia, seja nos parlamentos, somente após a Segunda Guerra Mundial, quando a força de trabalho das mulheres é exigida em grande número no mundo do trabalho assalariado.

Entre outras discussões, o debate sobre o “caráter” e a “natureza” da mulher como trabalhadora tem ganho corpo e aparece continuamente nos periódicos e publicações que tratam do mundo do trabalho. Profundas transformações atingem o modo de ser “mulher trabalhadora” e faz-se mister debruçar-se sobre as concepções produzidas a esse respeito e a quais interesses ideológicos essas concepções servem.

Busco então avaliar como a opressão de gênero tem uma forma nova de se manifestar, como o capital utiliza essa força de trabalho, o que passa pela instrumentalização das emoções, neste momento histórico, como parte do processo de extração da mais-valia relativa.

Em vários momentos da sua história, o capital utilizou-se da força de trabalho das mulheres (e crianças) para a execução de trabalhos penosos e mal pagos, em funções simples, como forma de extrair a mais-valia absoluta. Um desses momentos é quando o capi-

tal emprega a maquinaria, que, por tornar supérflua a força muscular, permite o emprego de mulheres e crianças que não a possuem em nível similar ao dos homens adultos. Se, quando surge a maquinaria, a primeira preocupação do capitalista, ao empregá-la, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças¹³, por que não ocorreu logo aí a substituição de toda força de trabalho dos homens, pela força de trabalho das mulheres e crianças? Porque, como dito acima, há fatores que vão da biologia à resistência dos trabalhadores homens, passando por uma reordenação brutal da vida societal sob o modo de produção capitalista (reordenação que, a meu ver, só é possível em sociedades não capitalistas, que impedem tal inversão). Reafirmando então que não é novo o uso da força de trabalho das mulheres pelo capital como forma de extrair mais-valia, diminuindo o valor da força de trabalho, o traço novo nesse processo é que, agora, a força de trabalho das mulheres é utilizada não mais (apenas) em funções desqualificadas, mas em funções qualificadas – em cargos de direção –, para criar o clima afetuoso, íntimo.

A educação de gênero para cumprir a tarefa de preparação dessas mulheres teve de *preparar* mulheres com as seguintes características:

- 1) multifuncionalidade: útil na reprodução (criar filhos/as, cuidar de marido, doentes, velhos/as; enfim. Tarefas que o capital precisa que sejam exercidas privadamente, para que diminua o custo da reprodução, isto é, o salário, e conseqüentemente aumente a mais-valia útil na produção por um/a mesmo/a trabalhador/a, que toma conta de várias máquinas ao mesmo tempo);
- 2) facilidade de lidar com as emoções, atenção especial aos sentimentos do outro, intuição, intimismo. Características necessárias tanto ao mundo da reprodução – cuidar do marido, filhos/as, velhos/as e dos doentes – para que se crie o clima ideológico de acolhimento e a força de trabalho masculina não se perceba como mera mercadoria, que efetivamente o é, mas que veja a si mesma como especial, importante; bem como necessária ao mundo da produção, visto que, no atual momento de acumulação flexível, em que a ideologia do capital diz que todos são uma equipe, e que o trabalho em equipe é necessário para manter a produtividade, as mulheres conseguem não se descuidar de “vigiar” o outro e cuidar do clima afetivo – conversar, fazer amigos/as.

Para Marx¹⁴, as épocas econômicas são determinadas pelo *como se faz o trabalho*, *com que meios*, e não por aquilo que se faz. O que significa dizer que, apesar das transformações ocorridas no mundo do trabalho, em que a própria configuração da classe trabalhadora ganha novos contornos, entre eles o aumento no grande número de mulheres em diversos setores desse universo, parto do pressuposto de que ainda se vive na Modernidade, isto é, sob a égide do capital, visto que os meios de produção continuam privados

e a força de trabalho continua assalariada – mesmo que esse assalariamento apresente formas mutantes.

O presente texto debruça-se, então, sobre o “como” se faz o trabalho, utilizando-se da força de trabalho das mulheres, especialmente suas emoções, (também) transformadas em mercadorias. Para Antunes¹⁵, o toyotismo transforma a parte imaterial do trabalho, que são as emoções, em fonte de ampliação da mais-valia.

Nas palavras de um autor pós-moderno: “As mulheres prepararam o caminho para uma expansão do domínio da intimidade em seu papel como revolucionárias emocionais da modernidade”.¹⁶

Analisar essa expansão da afetividade, a que serve, é a tarefa a ser empreendida. A crescente participação das mulheres no processo de trabalho provoca diversificadas modificações. Em alguns lugares do mundo, a classe trabalhadora já é majoritariamente composta de mulheres. Na Inglaterra, em 1998, o contingente de mulheres suplantou o de homens, e, em Vigo, na Espanha, 40% de mulheres ocupam o setor de peças para automóveis. Tal crescimento numérico faz surgir novos elementos para pensar a divisão sexual do trabalho, como qualidade, intensidade, elementos antes existentes, hoje, porém, aumentados.

A divisão sexual do trabalho não é nova, mas, com a intensificação de formas flexíveis, informatização e informalização produtiva, é possível falar em uma divisão sexual do trabalho desigual entre o trabalho dos homens e das mulheres. Para Antunes¹⁷, a intensificação da presença das mulheres mudou a “qualidade” da classe trabalhadora. O taylorismo/fordismo predomina nos países não cêntricos, que têm ressonância no plano da divisão sexual do trabalho; no taylorismo, a presença dos homens é maior. No toyotismo, o capital vem incorporando as mulheres de forma desigual em relação aos homens, porque tem sabido apropriar-se da polivalência das mulheres, que é treinada pelo gênero.

Com a entrada em massa da mulher no mundo do trabalho assalariado, ocorre a intensificação da duplicidade do ato laborativo das mulheres, visto que elas não se eximiram das tarefas reprodutivas. O capital também incide sobre a reprodução, isto é, há necessidade de que essa força de trabalho coma, durma, descanse e se eduque para poder estar em condições de vender sua força de trabalho, tarefas que são efetuadas pelas mulheres no âmbito do lar e sem remuneração. O trabalho efetuado no âmbito da família é sobretrabalho, fundamental para a reprodução da força de trabalho. O espaço reprodutivo das mulheres faz parte do mundo do trabalho, apesar de não ser assalariado.¹⁸

O traço novo no capitalismo contemporâneo (e não só no toyotismo) é a conformação por mediações distintas da subjetividade do/a trabalhador/a. Porque o capital sempre incidiu nessa subjetividade, aprisionando-a. No atual momento de reestruturação pro-

dutiva, surgem novas e refinadas formas de dominação, com ênfase na potenciação de certas emoções, e isso envolve o conjunto da classe trabalhadora, homens e mulheres. Mas o foco da discussão travada neste trabalho é que, hoje, uma das formas de potenciar a extração da mais-valia relativa é a exploração de certas emoções da força de trabalho das mulheres em cargos de direção, enquanto gestoras e responsáveis pelo controle e otimização da produção, propiciando, como conseqüência, uma mais-valia relativa, nos atuais moldes de reestruturação do trabalho. O capital não efetua gastos para qualificar a mulher gestora para isso, visto que as mulheres são historicamente treinadas pela educação de gênero para lidar melhor com as emoções. Mas há gastos do capital para qualificar o homem para tais habilidades. Dessa forma, a força de trabalho das mulheres gestoras desonera o capital:

A desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais trabalho.¹⁹

Por isso, uma análise que procure ir para além dos fenômenos epidérmicos deverá voltar-se com cautela sobre a forma como se dá a inclusão maciça das mulheres no mundo do trabalho, pois esse processo se desenvolve sem romper com os traços clássicos da divisão sexual e social do trabalho. A divisão do trabalho existe nas mais diversas formações socioeconômicas, mediada ou não pelo intercâmbio de mercadorias. No sistema capitalista, o resultado (produto) esconde o processo, por isso torna-se necessário avaliar com acuidade o que aparece como uma grande mudança, mas pode esconder o seu contrário, uma cristalização da opressão.

Faz-se necessário ressaltar que, no período ora estudado, ocorre a segregação das mulheres de uma forma ainda mais refinada e de difícil desvelamento: na aparência, há uma ascensão da força de trabalho, mas, nos seus múltiplos desdobramentos – tanto no mundo do trabalho propriamente dito (salários mais baixos, teto de vidro hierárquico²⁰), como nos demais papéis sociais de gênero (maternidade, cuidados com o lar) –, ocorre, senão uma regressão, uma manutenção dos mesmos padrões de divisão de trabalho social de quando a força de trabalho das mulheres era significativamente menor, o que acarreta uma superexploração do trabalho (produtivo ou improdutivo) da mulher.

A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redonda para o capital em acréscimo imediato de mais-valia, pois tudo o que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente.²¹

O capital utiliza-se da habilidade que as mulheres têm no trato com as emoções de forma dupla: em primeiro lugar, não investindo em formação profissional, isto é, economizando capital constante, pois as mulheres já têm essa habilidade (de lidar com as emoções) dada pela educação de gênero, e, em segundo lugar, contribuindo para a extração da mais-valia relativa indiretamente, contribuindo para criar o clima afetivo, íntimo, necessário nesse momento de acumulação flexível. “Pelo fato dessas habilidades serem ‘naturalizadas’, supõe-se um mínimo de esforço para a aprendizagem e o desempenho, justificando-se, dessa forma, salários mais baixos”.²²

Em suma, no atual reestruturação produtiva, a mulher tem sua afetividade utilizada como componente da qualificação para o exercício do trabalho, em um processo de utilitarismo das emoções, mas sua inserção maciça no mundo do trabalho continua se dando de forma subordinada. As mulheres são usadas como força de trabalho especializada na multiplicidade de tarefas, que são tarefas rotineiras, repetitivas, assim como o são na gestão do capital: elas se valem mais das emoções, tornam o clima familiar. De modo que as tão propaladas mudanças na situação das mulheres significam apenas a utilização pragmática do capital pelo capital, das emoções das mulheres, emoções estas que uma educação de gênero sexista promove desde o surgimento do patriarcado, mas que, no capitalismo, ganha novas roupagens.

Na sociedade patriarcal, em oposição aos homens, a função psicológica da afetividade foi superestimada na consciência das mulheres, enquanto a racionalidade foi desestimulada. Essa conexão entre mecanismos emocionais e intelectuais se transformou na principal estratégia social na constituição diferenciada (e hierarquizada) entre homens e mulheres. A educação sexista que se opera no patriarcado/capitalismo provoca uma cisão entre os mecanismos intelectuais e emocionais.

Outro sistema refere-se às conexões que se estabelecem durante o processo de encontro de fatores externos e internos. Essas conexões que me são impostas pelo meio: sabemos como é possível educar a criança para a selvageria ou para o sentimentalismo.²³

Ora, se as mulheres foram construídas secularmente como mais emocionais, sensíveis, tornam-se agora, nas novas formas de gestão do capital, as mais indicadas para exercerem o papel de tornar o ambiente de trabalho “cooperativo”, afetivo, íntimo, (como “exigem” as novas formas de administração conhecidas como toyotismo).

Não se trata de um movimento em que o capital buscaria substituir toda a força de trabalho dos homens pela força de trabalho das mulheres, pois isso implicaria uma reordenação societal nociva à saúde do capitalismo, mas de implantar estratégias eficientes de gestão do processo de trabalho, colocando as mulheres em postos-chave de direção, pagando por isso menores salários, potencializando esse “saber natural” das mulheres e,

de quebra, criando uma atmosfera de “liberação das mulheres”, que não só traz ganhos concretos à saúde do sistema – pois lhe dá ares de renovação – como impede reações desfavoráveis, isolando como “antiprogredistas” todas as vozes contrárias, elevando à categoria de produção científica verdadeiras apologias da ordem e do capital, concebidas com pouco rigor teórico e com métodos que não vão além do empirismo.

Dessa forma, a utilização das mulheres em cargos de direção traz um duplo benefício ao sistema capitalista:

- 1) parece atender às reivindicações sociais, aquietando mentes e prevenindo insubordinações, ganhando aliados em todos aqueles que necessitam de desculpas (fáceis) para se renderem à ordem; e
- 2) potencializa a produção da mais-valia relativa.

Bruschini²⁴ mostra que esse crescimento do número de mulheres em espaços mais qualificados do mundo do trabalho esbarra em algumas áreas bem menos favoráveis a elas. Na ocupação de diretores financeiros, por exemplo, mesmo tendo apresentado aumento nos números de mulheres, elas representam apenas 13,1% do contingente total. O que dá sustentação à afirmação de que as mudanças no perfil de ocupação das mulheres, apesar de significativas, não representam um grande salto, muito menos uma inversão nos papéis de gênero/sexo no mundo do trabalho.

A construção da emoção como uma nova tecnologia de gênero e poder.

Nas relações de troca – que são predominantes no modo de produção capitalista – refletem-se relações sociais que são relações entre classes (transpassadas pelas demais determinações como gênero/etnia), não entre cidadãos livres e iguais, mas entre classes antagonistas, uma das quais monopoliza o conjunto da riqueza social material da sociedade. Da mesma forma, nas relações entre homens e mulheres no patriarcado, um sexo detém o poder e o domínio sobre o outro, espelho e refletor das relações de classes estabelecidas, que, sob seu domínio, não admite forma alguma de relação igualitária – e por isso exige seu próprio fim: para que possam florescer relações iguais entre os sexos, como entre as classes, é necessário acabar com as classes, bem como com o gênero, forma social e desigual de ordenar as relações entre os sexos.

A inserção das mulheres no mundo do trabalho assalariado representa uma nova roupagem, uma nova tecnologia de gênero/poder, para a velha forma dominação/opressão, que alimenta e é alimentada pela velha forma de exploração do trabalho. É uma tecnologia de gênero na medida que reforça positivamente a constituição da subjetividade das mulheres como “dóceis, emocionais, afetuosas”, ganhando aura de avanço societal a divisão maniqueísta que a educação sexista perpetra – e o movimento feminista combate.

Posto que o “concreto é a síntese de múltiplas determinações”²⁵, essa tecnologia de gênero não se constitui separada e isoladamente *apenas* para sedimentar o sexismo, mas é também uma tecnologia de poder, na medida em que sedimenta o sexismo para perpetuar a exploração da força de trabalho e o poder que essa exploração constrói como necessidade imanente.

Possibilidades de superação

O essencial é não perder a orientação. Sempre de olho na bússola, continuou guiando os seus (...) para o Norte invisível, até que conseguiram sair da região encantada. Era uma noite densa, sem estrela, mas a escuridão estava impregnada de um ar novo e limpo. (Gabriel García Marquez)

Como a lei férrea do capital é produzir-se e reproduzir-se enquanto processo econômico, político e social, baseando-se em seu domínio sobre o trabalho assalariado, isso significa que, enquanto não for abatido pelas forças produtivas que aprisiona em suas contradições internas, o capitalismo está impossibilitado de se tornar algo diferente de si próprio; antes, pelo contrário, sua reprodução contínua só se dá pela utilização das suas características constituintes e com as relações sociais “entre pessoas”, entre classes sociais antagônicas.²⁶

Por isso, debruçar-se sobre como as formas que o momento atual de reprodução do capital engendram e constituem a consciência das mulheres, metade da humanidade e parte significativa da classe trabalhadora, e como essas formas se articulam, aprofundam ou rompem com a consciência necessária da classe trabalhadora é uma tarefa constitutiva da luta de classes. E essa tarefa só poderá ser levada a cabo se não se reduzir ao mecanicismo que ignora as diversas formas sociais que as lutas assumem, tomando-as por reformistas e tomando a luta revolucionária apenas como a que ocorre no chão da fábrica.

A luta de classes deve ser dirigida pela classe trabalhadora, porém construindo-se múltiplas formas de erosão do modo de ser capitalista, que podem ser gestadas por diversas forças sociais. No que se refere à luta contra o patriarcado, faz-se mister que essa seja uma luta travada de forma independente, mas não autonomamente à luta de classes.

Dessa passagem, pode-se inferir o quão infrutífera (porém não inócua) é a posição de centralizar a luta revolucionária no ataque à opressão, à dominação, lateralizando a luta contra o capital. Para acabar com a dominação, sob qualquer forma que ela ocorra – como submissão do trabalho, na esfera do patriarcado ou racial –, é necessário acabar com o capital, cujo objetivo é valorizar o valor e, para tanto, necessita submeter, dominar. Como

a dominação é necessária ao capital, dela ele não pode prescindir. Pode, até, modificar as formas de exercê-la, como na subsunção formal e real e nas artimanhas de gênero, racial, de orientação sexual, quando aproveita para implementar a subsunção – que não é, porém, seu objetivo. Quem elege a dominação como objetivo do capital, e não como sua forma necessária, erra no diagnóstico e, conseqüentemente, no enfrentamento a ser travado.

Quanto ao gênero, a análise confirma que o capital, simplesmente, não pode escolher acabar com a opressão, pois essa é uma necessidade sua, não uma escolha; pode, entretanto, velar as formas pelas quais essa opressão se exerce, disfarçá-las, pintá-las com cores belas, efetuar medidas superficiais, cosméticas, subjazendo as formas societais pelas quais a subsunção real opera, CRIANDO NOVAS TECNOLOGIAS DE PODER, como ocorre nesses tempos de reestruturação produtiva.

A sociedade patriarcal é um exemplo histórico da inclusão excludente e, no atual padrão de acumulação capitalista, ao contrário do que aparece na ideologia oficial, essa dialética revela-se com toda sua força e é utilizada em toda sua potencialidade em formas múltiplas de manifestação.

Este artigo efetua a denúncia de que a forma de inserção das mulheres no mundo do trabalho, no mundo público, na reprodução da vida, continua sendo feita utilizando-se da divisão entre razão e emoção que se opera, no sistema capitalista, com o uso das emoções das mulheres, criando novas tecnologias de gênero/poder, que são utilizados para implantar e consolidar as novas formas de acumulação produtiva.

A mudança revolucionária de uma época histórica a outra *pode* (mas não necessariamente o faz) dissolver as velhas relações, entre essas, a forma de organizar a vida reprodutiva, sob a forma do que, neste texto, denominou-se patriarcado-capitalista. Mas, se tal possibilidade de superação é alvissareira, confiar na sua inexorabilidade é no mínimo contra-indicado, bem como errôneo, do ponto de vista do método. A superação da opressão de gênero exige o emprego de superação (*Alfhebung*), no sentido marxista do termo, que é o destruir e superar ou incorporar criticamente, tomando os elementos positivos e indo além deles.

Quanto ao gênero, essa superação envolve, necessariamente, a incorporação dos avanços societais conseguidos em relação à condição da mulher, especialmente sua entrada maciça no mundo público e no mundo do trabalho. A revolução não é uma inexorabilidade, é um pôr teleológico, uma tarefa, que envolve, necessária mas não unicamente, a vontade humana, e exige o protagonismo das mulheres no que tange a superação da opressão de gênero. Mas, se o fim do capitalismo não conduz ao fim do patriarcado, o fim do patriarcado tem como condição necessária (mas não suficiente) o fim do capitalismo.

Como é possível falar em protagonismo de gênero, se protagonismo significa ser sujeito e no capitalismo só o capital é sujeito?

O que obriga todos/as aqueles/as que querem ser agentes da sua vida – como as mulheres feministas – e querem construir o protagonismo sobre ela, a lutar pelo fim do capital – forma societal que coisifica pessoas (reificação) e personaliza coisas (fetichização). O único motivo indutor das operações do capital é apropriação crescente da riqueza abstrata e, para tanto, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência²⁷, enquanto exaure os seres vivos de suas ricas potencialidades humanas.

Dessa forma, a luta pelo fim dos antagonismos/conflitos de gênero, mais do que uma luta humanista/feminista contra a opressão de gênero (luta que, nunca é demais repetir, é necessária e vital para o socialismo), se transforma em lutas a serem travadas no coração da luta de classes. O capital transformou esse antagonismo de gênero (como já o tem feito secularmente com relação aos homens, transformando-os em parceiros – mesmo quando inconscientes) em mais uma estratégia de cumprir seu objetivo, que é valorizar o valor. Isso se dá à medida que o capital transforma a inserção das mulheres no mundo do trabalho – com mudanças apenas superficiais em sua condição de gênero – em mais uma forma eficiente de extrair a mais-valia relativa – e essa forma, por ser nova, ainda é pouco notada e pouco combatida.

As emoções das mulheres têm sido utilizadas como a argamassa que solidifica os métodos de gestão do capital na atualidade, pois as emoções são fenômenos históricos e que cada época molda (e atualiza) as emoções necessárias para a sua própria reprodução, utilizando-as como estratégia de controle e coerção social (isto é, são tecnologias de poder).

Notas

* Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, Professora Adjunta na UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). O doutorado foi realizado com Bolsa do CNPq. E-mail: tecabaiana2004@yahoo.com.br

¹ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

² Ibid.

³ LAURETIS, T. de. “A tecnologia do gênero”. In: *Tendências e impasses: o feminino como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

⁴ MÉSZAROS. *O poder da ideologia*.

⁵ MAFFI, B. *Introdução à edição italiana de O Capital - Capítulo VI - Inédito*. São Paulo, Moraes, 1969.

- ⁶ Para discutir o uso dos termos marxismo, marxiano e tradição marxista, ver NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- ⁷ Para uma aprofundada discussão sobre emoção, vide BARRETO, Margarida M. S. *Uma jornada de humilhações*. São Paulo. Dissertação de mestrado em Psicologia Social da PUC-SP. São Paulo, 2000.
- ⁸ MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.
- ⁹ SAWAIA, B. B. (org.). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999, p. 106.
- ¹⁰ MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I, v. II. 12 ed. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1989, p. 362.
- ¹¹ ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.
- ¹² MARX, *O Capital...*, 1989, op. cit., p. 585.
- ¹³ Ibid..
- ¹⁴ Id., *O capital. Crítica da Economia Política*. Livro I, v. II. São Paulo, Nova Cultural (Col. Os Economistas), 1988.
- ¹⁵ ANTUNES, op. cit.
- ¹⁶ GIDDENS, A. *A transformação da intimidade - sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Editora Unesp, 1993, p. 146.
- ¹⁷ ANTUNES, op. cit.
- ¹⁸ Ibid.
- ¹⁹ MARX, *O capital...*, op. cit., 1988.
- ²⁰ Teto de vidro é o limite que as mulheres encontram no caminho da ascensão, tanto na carreira profissional como na vida política. As mulheres alcançam grandes posições, meramente executivas, mas nunca de um ponto de vista decisório. Esse limite é invisível a olho nu (só é possível desvendá-lo via análise), mas é concreto.
- ²¹ MARX, *O capital...*, op. cit., 1989, p. 402.
- ²² BETIOL, M. I. S. *O feminino: alteridade e identidade frente ao sistema e mundo da vida*. Tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo, PUC, 1998, p. 62.
- ²³ VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 123.
- ²⁴ BRUSCHINI, D. "Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação?" In: ROCHA, M. I. B. (org.). *Trabalho e gênero - mudanças, permanências e desafios*. Campinas, ABEP, NEPO/Unicamp, Cedeplar/UFMG, São Paulo, Editora 34, 2000.
- ²⁵ MARX, *O capital...*, op. cit., 1989.
- ²⁶ MAFFI, op. cit.
- ²⁷ MARX, *O capital...*, op. cit., 1988, p. 125.